

Resistência afroindígena através da literatura

Natalia Vélez Loaiza¹

Université Catholique de Louvain-La-Neuve (UCLouvain)

natalia.velezloaiza@uclouvain.be

Resumo: O artigo aborda a resistência afroindígena na América Latina através da literatura como tecnologia ética de memória e contra-arquivo. A partir de *Las estrellas son negras* (1949), de Arnaldo Palacios, mostra como a escrita transforma dor coletiva em forma e denúncia do racismo estrutural e do abandono estatal. Em diálogo com o Brasil, destaca literaturas afro-brasileira e indígena como disputa do relato nacional, reinscrição da oralidade e defesa do território. Enfatiza a memória contra o apagamento e a “superabundância” que produz esquecimento (Todorov).

Palavras-chave: resistência afroindígena; literatura; memória; contra-arquivo; racismo estrutural

Afro-Indigenous Resistance Through Literature

Abstract: The article frames Afro-Indigenous resistance in Latin America through literature as an ethical technology of memory and a counter-archive. Centering Arnaldo Palacios's *Las estrellas son negras* (1949), it reads writing as a transformative act that converts collective suffering into form while exposing structural racism and state abandonment. In dialogue with Brazil, it highlights Afro-Brazilian and Indigenous literatures as contests over national language, oral tradition, and territorial dispossession. It stresses memory-work against erasure and the “overabundance” that fuels forgetting (Todorov).

Keywords: Afro-Indigenous resistance; literature; memory; counter-archive; structural racism

Literatura, memória e resistência afroindígena

Jean Paul Sartre dizia que a literatura era o maior ato de compromisso e liberdade. Ele sustentava que o escritor tem uma responsabilidade moral de revelar a verdade da existência e de denunciar as injustiças. Creio que o filósofo francês se referia ao fato de que, ao escrever, expressamos algo dessa liberdade tão desejada, embora sempre incompleta: não apenas a ausência de correntes físicas, mas a capacidade de comprometer-se com a própria vida e transformar a existência. Talvez, ao criar por meio da escrita, possamos também inspirar nos outros uma forma de movimento interior: uma torção ética, uma fissura no que parecia naturalizado.

¹ Pesquisadora de pós-doutorado / colaboradora científica, Université catholique de Louvain (UCLouvain), Louvain-la-Neuve, Bélgica. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9022-9684>
Currículo: https://scienti.minciencias.gov.co/cvlac/visualizador/generarCurriculoCv.do?cod_rh=0002511240

Compartilho igualmente a preocupação filosófica defendida por Simone de Beauvoir ao afirmar a força plena da existência e do devir, do chegar a ser, do emergir de algum modo, a partir do ato de escrever; sua aposta na escrita como meio e fim essencial de saber e compreender o mundo e agir nele é decisiva para situar simbolicamente a experiência vital do ser humano. Essa dimensão ética da literatura torna-se ainda mais urgente quando se trata de povos e comunidades historicamente submetidos ao apagamento, à distorção de sua memória e à administração de sua imagem por discursos dominantes.

Por isso, quando falamos de resistência afroindígena na América Latina, convém não reduzi-la a um tema ou a um “assunto cultural”. A resistência afroindígena, antes de ser um objeto de estudo, é uma posição histórica: uma luta sustentada contra a desapropriação material e simbólica, contra a violência racial, contra a conversão de territórios em zonas de sacrifício e contra a expulsão de certas vidas para fora do relato nacional. Nesse quadro, a literatura aparece como um espaço em que o silenciado volta a inscrever-se: onde a dor coletiva se torna linguagem, onde a memória se torna forma, onde o arquivo é disputado.

Como psicanalista, tendo a ler a literatura de um lugar mais “joguetão”, não no sentido de frivolidade, mas como um espaço de indeterminação e jogo no qual as estruturas de significado podem ser desafiadas e reconfiguradas. A literatura permite questionar os limites da linguagem, explorar novas formas de pensamento e desconstruir, à maneira derridiana, hierarquias de poder cultural e social que costumam apresentar-se como evidências naturais. Em outras palavras, a literatura torna-se um laboratório para desmontar uma “verdade” que sustentou por anos doutrinas estereis, justificando violência, discriminação e marginalidade. Refiro-me à verdade enquanto estrutura de ficção: uma construção simbólica que se impõe como “realidade” e que, ao fazê-lo, administra quais corpos importam e quais não importam.

Na Colômbia, já sabemos, infelizmente, que falar de história é falar de violência. Mas também é falar de resistência. Nesse horizonte se inscreve “Las estrellas son negras” (1949), de Arnoldo Palacios: um testemunho literário que emerge do coração da resistência afroindígena colombiana. Esse livro não constitui apenas um marco na literatura colombiana; ele deixa transparecer, com crueza, as feridas infligidas a comunidades afroindigenodescendentes por séculos de discriminação e exclusão sistemática. Pode ser entendido também como um ato sublimatório: transforma a experiência do sofrimento coletivo em arte, em expressão estética transgressora, oferecendo ao leitor uma ferramenta para compreender os mecanismos opressivos que moldam os discursos sociais e psíquicos da modernidade colombiana.

Para contextualizar brevemente: Arnoldo Palacios foi um escritor e jornalista colombiano, nascido em 20 de janeiro de 1924, em Cértegui, departamento do Chocó. O Chocó não é apenas um

lugar geográfico: é um território em que a história colonial, a escravização, o cimarronaje (quilombagem) e a persistência indígena configuraram formas específicas de vida e de luta. Ali se formam palenques, espaços de aglomeração e resistência de escravizados afrodescendentes que se insurgiram após a conquista. Durante a época pré-colombiana, o território era habitado por povos indígenas como os gunas, os wounaan e os emberás, entre outros. E, com a conquista e o comércio de africanos escravizados, inaugura-se uma longa economia de extração e violência que reorganiza o território e seus corpos.

Em 1728, Barule, um escravizado afro, liderou a que se considera uma das maiores insurreições do Chocó, junto aos irmãos Antonio e Mateo Mina. Os insurgentes fundam o palenque de Tadó, onde Barule é proclamado rei. O grupo é composto por 120 cimarrones. Após a batalha de 18 de fevereiro de 1728 entre o exército realista e os cimarrones, Barule e os irmãos Mina são fuzilados pelo tenente Tres Palacios Mier. Essa memória de insurreição e castigo, de dignidade e repressão, não é um “dato histórico” isolado: é parte do solo simbólico sobre o qual se escrevem e se leem, ainda hoje, as narrativas do Pacífico colombiano.

Durante a década de 1940, Arnoldo Palacios escreveu no semanário Sábado, entre 1944 e 1949. Desse período surgiram textos como “Chocó, país exótico” (16 de agosto de 1947), em que já se reconhece seu estilo e, sobretudo, sua preocupação central com o abandono estrutural e o desconhecimento. Ali escreve: [...] os problemas fundamentais que o Chocó tem é o tremendo desconhecimento que se tem dele [...] por parte [...] do próprio Estado”. E também: O Chocó não se levantará [...] enquanto subsistir o abandono (Palacios, 1947, Tradução própria). Vemos aí preocupações que o acompanharam por toda a vida: uma crítica ao Estado como produtor de invisibilidade e uma denúncia da desigualdade territorial como forma de violência.

Palacios, conhecendo plenamente o contexto de extrema pobreza e marginalidade em que cresceu, apropriou-se ferozmente da escrita para denunciar e retratar experiências pessoais e coletivas de uma população abandonada. Por meio de seus protagonistas, ele transforma a dor e a frustração da exclusão racial e econômica em um veículo literário que revaloriza a humanidade dessas comunidades. Sua narrativa vai direto ao ponto: não busca mascarar a barbárie nem idealizar o sofrimento. É visceral e sincera. E essa sinceridade não é apenas um traço estético: é uma forma de resistência porque impede que o leitor se refugie na distância moral. Obriga a ver.

De uma perspectiva crítica, Las estrellas son negras desvela o racismo estrutural e explicita como, na Colômbia, ele se entrelaça com dinâmicas de violência e exploração econômica. A narrativa destaca a marginalização de comunidades afroindígenas não apenas como problema material, mas como processo psicossocial e político, ideológico: interiorização do desprezo, administração do valor das vidas, imposição de uma fronteira simbólica entre o “nacional” e o “descartável”. Os personagens,

ao lutarem para definir-se num mundo que os rejeita, tornam-se um sintoma vivo de uma nação fragmentada. Mas também, em sua insistência em existir, encarnam a resistência: uma forma de não ceder no desejo de reconhecimento de sua idiossincrasia, seus saberes e suas práticas, ligadas à preservação da identidade cultural e de uma sabedoria ecológica e sustentável.

Ora, se na Colômbia Palacios revela o dispositivo racista a partir de um realismo que fere e desperta, no Brasil a resistência afroindígena encontrou na literatura um campo igualmente decisivo, embora com estratégias diversas. A história brasileira, marcada por séculos de escravidão e pela violência contra povos afro e indígenas, produziu também relatos hegemônicos que tentaram neutralizar o conflito, seja pela idealização da mestiçagem, seja por mitologias de harmonia racial. Frente a isso, a literatura afro-brasileira e a literatura indígena contemporânea têm operado como um contra-arquivo: recuperam memórias comunitárias, reinscrevem a oralidade, disputam a linguagem da nação e tornam visível aquilo que foi sistematicamente apagado.

Considerações finais

No horizonte afro-brasileiro, a memória dos quilombos, a experiência dos corpos racializados, a violência urbana e a desigualdade territorial aparecem não como “temas”, mas como o núcleo de uma interrogação sobre o país e sua maquinaria de exclusão. Autoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, por exemplo, trabalham a partir de registros em que a escrita não se separa da sobrevivência, e em que narrar equivale a sustentar uma verdade contra a administração do silêncio. Em paralelo, a literatura indígena brasileira, com vozes como Ailton Krenak, Daniel Munduruku ou Eliane Potiguara, entre outras, insiste em que a colonialidade não é um passado encerrado: é uma continuidade que se manifesta no despojo territorial, na violência ambiental e na tradução forçada de cosmologias. Ali, escrever também significa resistir à captura: fazer com que a língua e o mundo próprios não sejam reduzidos a folclore, nem a “material cultural” consumível.

No Brasil e na Colômbia, portanto, a literatura afroindígena não é apenas denúncia, embora a inclua. Ela é também produção de mundo. É afirmação conflitiva de existência. É uma forma de dizer: aqui estamos, aqui seguimos, não como objeto de representação alheia, mas como sujeitos de enunciação. Por isso convém compreender a resistência literária como um duplo movimento: por um lado, revela os mecanismos de poder que perpetuam a desigualdade; por outro, cria condições simbólicas para imaginar comunidade fora do relato dominante.

Nesse ponto, a questão da memória torna-se central. O romance, o testemunho, o poema ou o relato podem funcionar como dispositivos de memória contra a tergiversação. Não se trata apenas de “recordar” fatos, mas de disputar a própria forma como o lembrável se organiza. A memória histórica pode falhar, pode ser manipulada, pode ser saturada até o esquecimento. Nesse sentido ressoa o alerta

de Tzvetan Todorov sobre o “reino do esquecimento”, quando assinala que a memória pode ver-se ameaçada “já não pela supressão de informação, mas por sua superabundância” (Todorov, 1998, p. 13). A resistência afroindígena na literatura inscreve-se contra essa saturação que torna indistinguível a injustiça, e contra o arquivo que seleciona o que merece luto e o que não.

[...] separados de nossas tradições, embrutecidos pelas exigências de uma sociedade do lazer e desprovidos de curiosidade espiritual, assim como de familiaridade com as grandes obras do passado, estaríamos condenados a festejar alegremente o esquecimento e a nos contentarmos com os vãos prazeres do instante. Nesse caso, a memória estaria ameaçada, já não pela supressão de informação, mas por sua superabundância. Portanto, com menor brutalidade, mas com mais eficácia, em vez de fortalecer-se nossa resistência, seríamos meros agentes que contribuem para aumentar o esquecimento, os Estados democráticos conduziram a população ao mesmo destino que os regimes totalitários, isto é, ao reino da barbárie.” (Todorov, 1998, p. 61)².

Assim, *Las estrellas son negras* é mais do que um relato de denúncia: é um ato criativo que confronta e supera metaforicamente a dor ao transformá-la em forma. Celebra a resiliência e a capacidade das comunidades afroindígenas de se reimaginarem e se ressimbolizarem, elaborando algo para além da realidade circundante. No Brasil, as escritas afroindígenas contemporâneas sustentam uma operação análoga: reintegram genealogias, restauram a potência da oralidade, reinscrevem a relação com o território e questionam as hierarquias culturais que definiram durante séculos quem podia falar e o que podia ser considerado literatura.

A literatura, nesse marco, não é ornamento. É uma tecnologia de resistência. Um modo de insistir na vida ali onde o poder gostaria de administrar morte, invisibilidade ou silêncio. É um trabalho sobre a linguagem que se torna trabalho sobre o mundo: desnaturaliza o que se apresentava como inevitável e abre a possibilidade de que o afroindígena não seja lido como margem, mas como centro vivo de uma história que lutou para ser escrita.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. *Pour une morale de l'ambiguïté*. Paris: Gallimard, 1947.
- PALACIOS, Arnoldo. "Chocó, país exótico". Sábado. *Semanario al servicio de la nación*. Bogotá, Vol. V, No. 194, 16 de agosto de 1947.
- PALACIOS, Arnoldo. *Las estrellas son negras/Les étoiles sont noires*. Éditions El Círculo, Paris, 2024.
- SARTRE, Jean-Paul. *Qu'est-ce que la littérature?* Paris: Gallimard, 1985. (Idées, 58). [📄]
- TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1998.

² TODOROV, T. (1998). *Les abus de la mémoire*. Arléa, Paris.